

# Literatura nacional necessita do reconhecimento universal

— frisam literatos portugueses que visitaram Moçambique

por Arlindo Lopes, fotos de Adriano Murato

Existe já uma literatura verdadeiramente moçambicana, que exprime uma maneira própria de sentir e de ver, distintas das de outros países que usam o mesmo meio de expressão oficial? — Esta uma questão sem resposta definitiva, na conversa que há dias mantivemos com os drs. José Fernandes Fafe e Diogo Pires Aurélio, escritores portugueses que recentemente visitaram Moçambique. Foi também um dos temas — além da Língua Portuguesa e Literatura Portuguesa Contemporânea — abordados nas conferências dadas pela delegação portuguesa que iniciou outras figuras como o prof. dr. Luís Lindley Cintra, catedrático de renome internacional, e a dra. Madalena Pestana.

A língua portuguesa tem sido, durante os últimos anos, um dos temas de discussão mais frequentes e apaixonantes. Há, por um lado, esforços para que o português seja adoptado como uma das línguas oficiais em conferências internacionais, uma vez que dela se servem actualmente, como meio de expressão, materno ou adoptivo, mais de 150 milhões de pessoas. Mas também o facto de ser língua falada em espaços geograficamente diversos, nos cinco continentes, torna-a também mais sujeita a transformações mais ou menos sensíveis ou importantes, conforme o grau de influência de factores locais, particularmente de outras línguas.

No entanto, como qualquer sistema de expressão, a língua portuguesa tem normas, geralmente sistematizadas em gramáticas. É a falta deste instrumento fundamental, em Moçambique, uma das maiores dificuldades para o ensino da língua de unidade nacional, conforme referiu o Ministro da Educação, Graça Machete, em entrevista recentemente publicada no nosso jornal. Estas questões foram, também, desenvolvidas com propriedades pelos literatos e catedráticos portugueses que, há poucos dias, terminaram uma visita ao nosso País. Um dos momentos mais altos desta visita foi a apresentação de uma Nova Gramática do Português Contemporâneo, feita pelo professor dr. Luís Lindley Cintra, um dos seus autores, de parceria com o brasileiro, professor dr. Celso Cunha.

Trata-se, segundo o prefácio, de uma tentativa de descrição do português actual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizados os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. O professor dr. José Fernandes Fafe e o dr. Diogo Pires Aurélio, dois membros da delegação, com quem «Domingo» teve uma interessante conversa sobre as questões da língua, literatura portuguesa e moçambicana, entre outros temas, concordaram em como a Nova Gramática é um importante instrumento de consulta e de trabalho mas é acessível apenas a pessoas de formação média e professoras de certo nível. No entanto, revelaram, tendo em vista os iniciantes nesta língua, principalmente nos países

africanos de expressão oficial portuguesa, os autores projectam publicar um «condensado» mais simples e acessível a partir das cerca de 700 páginas que compõem a gramática recentemente publicada.

Outra observação que se pode fazer em relação à Nova Gramática do Português Contemporâneo é a apresentação de exemplos de português corrente, tanto em Portugal como no Brasil. Não iria este facto causar perturbação na aprendizagem, em que se deve tanto quanto possível evitar ambiguidades de construção?

Para o prof. dr. José Fafe a opção explica-se pela própria existência, no português contemporâneo, das normas portuguesas

que afinal também sempre se seguiu em Portugal; ou seja, há palavras hoje em dia no vocabulário corrente português que desafiam as pessoas a procurá-las nos dicionários a ver se as encontram. Os dicionários foram feitos possivelmente há nove ou dez anos e a realidade portuguesa mudou como vai sempre mudando, introduzindo novas palavras, quer estrangeiras quer derivações do próprio português. Por exemplo, algumas pessoas em Portugal utilizam presentemente o adjetivo «abrangente», que não vem no dicionário, mas é um participio presente que passou a ser utilizado...

Noutro sentido, o dr. Pires Aurélio respondeu a uma outra pergunta, ou seja, qual a legitimidade

uma literatura nacional. Ele começaria por recordar um debate, a este propósito, que ele próprio teria provocado em Bissau, entre pessoas que afirmavam já existir uma literatura guineense e os que, pelo contrário, defendiam que os escritores deste jovem país fazem ainda literatura portuguesa com palavras em crioulo, mandinga ou qualquer outra língua nacional.

— Parece-me tão difícil determinar quando é que começa a literatura nacional, como determinar quando é que um homem começa a ser careca: Este aperitivo começa-se que vai caldo um cabelo, depois outro, até que as pessoas olhem para ele e reconhecem que é careca! Penso que as literaturas nacionais se passa a mesma coisa — diria o nosso interlocutor. O dr. Pires Aurélio apontaria ain-

que, o dr. Pires Aurélio, que é também escritor, deu uma palestra sobre A Literatura Portuguesa Contemporânea. Na conversa com os jornalistas do «Domingo», ele voltou a referir-se ao tema, caracterizando o momento actual da literatura do seu país como de grande riqueza, em virtude da conjugação de causas de vária natureza e que, segundo ele, têm a ver com o momento literário e político.

— Há uma conjugação feliz que proporciona toda uma série de bons escritores, em particular no romance. Mas, apesar dessa riqueza, o momento presente caracteriza-se, segundo o nosso interlocutor, pela ausência de escolas. Neste momento há romancistas cada um deles trabalhando com técnicas próprias, com uma visão política ou sentimental da realidade. Apesar disso, é possível distinguir algumas linhas, que o dr. Pires Aurélio resumiu nos seguintes termos:

— Penso que neste momento já desapareceu em Portugal aquela tentativa bem intencionada, mas um pouco ingénua que surgiu logo após o 25 de Abril, de se fazer uma literatura que fosse imediatamente entendida por todos, ou seja, deixou de se confundir a afiliação com literatura. As pessoas fazem os seus romances ou poemas, têm a consciência de que os seus livros têm um público limitado, mas, claro, o alimentar esse público não se fará à custa de fazer obras pobres ou mais fáceis, mas à custa de aumentar o ensino nas escolas e de fazer chegar esses livros às pessoas.

Por outro lado, há uma redescoberta de assuntos portugueses, isso é característico tanto do romance como da poesia, mas mais do romance, em que os materiais ou temas em que se trabalha têm sido com uma grande frequência temas históricos, desde a mais antiga à mais recente.

Na conversa que tivemos com os dois intelectuais portugueses, foi também abordada a divulgação de obras literárias moçambicanas em Portugal. O prof. dr. José Fafe, Embaixador Cultural de Portugal para os países africanos de expressão oficial portuguesa, disse: «os que havia várias editoras do seu país que estão a publicar livros de escritores moçambicanos, tais como as Edições 70, a Ulmeiro, e a D. Quixote, para além da colecção Autores de Língua Portuguesa, da Imprensa Nacional/Casa da Moeda, dirigida pelo escritor Manuel Ferreira, entre outras iniciativas.

Além disso, revelou que principiaria em Julho um programa radiofónico denominado «Diálogo a 7» preenchido com a produção cultural (prosa ou poesia) dos países onde se fala a língua portuguesa. O prof. dr. José Fafe considerou positivo e palpável e que se tem feito neste sentido em Portugal nos últimos dois anos.



Os nossos entrevistados: Prof. Dr. José Fernandes Fafe e Dr. Diogo Pires Aurélio

e brasileira. Empenhamo-nos nesta gramática porque supomos que, para a política da língua portuguesa no futuro, temos de contar não só com uma norma portuguesa, mas com uma brasileira e outras que vão aparecer, como uma angolana ou moçambicana.

E nenhum destes países — acrescentaria o escritor Embaixador Cultural português — pode ditar leis gramaticais aos outros. Por exemplo, não se pode obrigar os brasileiros a escreverem factos, como fazem e escrevem os portugueses, em vez de facto, como dizem e escrevem os primeiros. Mas para definir claramente estas e outras questões, vai ser discutido ainda este ano, ou em princípios de 1986, em novo acordo ortográfico, com a participação de todos os países onde se fala a língua portuguesa segundo revelaram os nossos interlocutores.

### Transformações linguísticas

Sobre as transformações linguísticas que se operam nos países africanos de expressão oficial portuguesa, o dr. Pires Aurélio teve a seguinte opinião: Não se trata de uma prática especial a ser adoptada nestes países, por-

dos escritores, nos países africanos introduzirem palavras extraiadas das línguas nacionais em poesia ou prosa que pretendem ser de expressão oficial portuguesa?

— Deve imperar o bom senso. Não devemos ser demasiado rígidos: se, por exemplo, um escritor incluir uma palavra de uma língua nacional dentro de uma frase em português, mas a palavra que «agarrar» muito melhor o sentido do que quer dizer; e, se por outro lado, aqueles que vão ler, não percebendo a palavra em si, passam a percebê-la no contexto em que está enquadrada, então tal palavra passa a ser um enriquecimento.

Se, pelo contrário, se pretende fazer literatura portuguesa, mas há uma mistura tal de termos em língua nacional que nem os leitores de português conseguem decifrar o texto porque há uma sobrecarga de termos de outras origens nem, por sua vez, as pessoas que falam essas outras línguas percebem porque o conjunto está em português ali eu diria que as pessoas se condenam a si próprias a não serem lidas.

### Quando há literatura nacional?

A propósito, quisémos saber e guntámos ainda ao dr. Pires Aurélio a partir de que momento se pode considerar a existência de

da, como exemplo, que durante largos anos se discutiu quando começa a literatura brasileira. — Todas as datas e todos os livros apontados hoje não são mais do que convencionais. No entanto, todos sabemos que existe de facto uma literatura brasileira, ou seja, uma série de obras que, utilizando o português, exprimem uma maneira de sentir e de olhar as coisas que é nacional e brasileira.

Não basta, frisou ainda, que aos próprios autores pareça que estão a exprimir um sentimento nacional, mas é preciso que os que estão de fora reconheçam que há ali algo de diferente, ou seja, que haja um reconhecimento universal.

A propósito, quisémos saber a opinião dos dois académicos sobre as obras literárias produzidas em Moçambique. Ambos confessaram-nos conhecer mal os nossos escritores, apesar de terem já visto alguns «bons livros» de José Craveirinha, Luís Bernardo Honwana, entre outros, que talvez ajudem a encontrar uma resposta para a questão. Eu não diria que é já literatura moçambicana, mas poderia começar a sê-la, diria o dr. Pires Aurélio, a propósito destas obras.

### A literatura portuguesa contemporânea

Durante esta visita a Moçambi-